

STELA CRISTINA TEIXEIRA LAGO

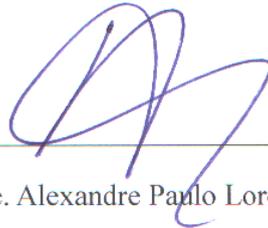
**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COOPERATIVAS:
ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Me. Aurélia Lopes Gomes

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 13/12/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Alexandre Paulo Loro - UFFS



Prof. Dr. Ivo Dickmann - UNOCHAPECÓ

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COOPERATIVAS: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Stela Cristina Teixeira Lago*

Resumo

As diferentes práticas pedagógicas adotadas e implantadas nas escolas públicas influenciam diretamente os educandos, o trabalho dos professores e toda comunidade escolar. O modelo de prática pedagógica centrado na cooperação é o objeto de análise deste trabalho, justificado pela necessidade de conhecimento e compreensão acerca do assunto, pois, durante os anos de graduação não tivemos contato aprofundado com este modelo de prática pedagógica escolar, apesar de os princípios da cooperação estarem vinculados ao cooperativismo, que está ligado aos movimentos sociais que fundam a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Nos chama atenção também, a questão das rotinas das escolas, que no seu dia a dia sempre estão voltadas para o individualismo. Pretendemos com este estudo estabelecer um paradoxo entre a educação para a competição e a educação para cooperação com os objetivos de: entender como a competitividade se tornou uma característica da proposta Neoliberal de escola. Investigar quais os princípios e fundamentos de cooperação defendidos pelos socialistas e adotados pelo Cooperativismo que podem modificar as práticas pedagógicas nas escolas públicas. E identificar as possibilidades de mudanças nas relações pedagógicas baseadas nos princípios da cooperação. Entendemos que toda formação baseada em valores depende de exemplo e de coerência, pouco adianta o discurso sobre a importância de atitudes cooperativas, se o contexto não as valoriza em atos e nem favorece o seu desenvolvimento. O Professor deve investir, junto com seus alunos, na construção coletiva de todo o processo educacional.

Palavras-chaves: Práticas Pedagógicas. Educação Cooperativa. Cooperação. Competição

Introdução

As diferentes práticas pedagógicas adotadas e implantadas nas escolas públicas influenciam diretamente no desenvolvimento dos educandos, no trabalho dos professores e nas ações educativas realizadas pela comunidade escolar. O campo da prática pedagógica escolar é muito amplo e diversificado, desta forma, abre-se um leque de assuntos que despertam curiosidade e necessidade de aprofundamento por parte dos acadêmicos do curso de pedagogia.

A prática pedagógica centrada na cooperação demonstrou-se como uma meta a ser compreendida no processo educacional, no entanto, durante toda a formação e na realização das nossas inserções de estágio não tivemos contato aprofundado com este modelo de prática pedagógica. Um fato que chama a atenção é que os princípios da cooperação estão vinculados ao cooperativismo, que por sua vez está intimamente ligado aos movimentos sociais que

*Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

fundam a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Isso nos levou a eleger como objeto de análise deste trabalho a cooperação como princípio para a efetivação da prática pedagógica escolar que supere o modelo neoliberal de educação instalado nas escolas a partir do advento do capitalismo.

A relevância do presente trabalho está na necessidade de apresentarmos as possibilidades de práticas pedagógicas mais democráticas, focadas na formação e participação de seus sujeitos de forma cooperativa, que se justifica pela necessidade de conhecimento e compreensão acerca das complexas abrangências que envolvem os modelos de práticas pedagógicas fragmentadas, individualistas e competitivas já cristalizadas na educação brasileira contemporânea.

Desta forma, nos propomos a estabelecer um paradoxo entre a educação para a competição e a educação para cooperação. A educação para a competição está alicerçada nos fundamentos liberais e neoliberais que trazem como características o individualismo e a preparação para o mercado de trabalho capitalista. Já a educação para a cooperação levanta possibilidades de novas formas de educar, colocando os sujeitos participantes do processo como princípio de toda a ação, pautada em valores cooperativos.

Os objetivos específicos para a realização da pesquisa são: a) situar a competitividade como uma característica da proposta neoliberal de escola; b) investigar os princípios e fundamentos de cooperação defendidos pelos socialistas e que, adotados pelo cooperativismo, podem modificar as práticas pedagógicas nas escolas públicas; c) identificar as possibilidades de mudanças nas relações pedagógicas baseadas nos princípios da cooperação.

Ao aprofundarmos no tema percebemos a escassez de material bibliográfico na área, então, desenvolvemos nossa pesquisa baseada em autores que são referência para a pedagogia socialista, como Libâneo (1990 e 1994), Saviani (2009), Luckesi (2013), Pinho (2004). Nos baseamos também em autores que defendem as doutrinas cooperativistas como Santos (2002), Luz Filho (1960), Gomes (2006), Lima (1994), Oliveira (1994), Frantz (2001), Andriolli (2007), Marques (1993), Fullan e Hargreves (2000).

O trabalho está dividido em quatro capítulos, no primeiro explanamos como a competitividade contribui para o desenvolvimento da proposta neoliberal de escola. No segundo capítulo trabalhamos a cooperação partindo dos princípios defendidos por Karl Marx. No terceiro capítulo mostramos como os princípios do cooperativismo influenciam a Educação Cooperativa. E por fim no quarto capítulo demonstramos as possibilidades de inserção de práticas pedagógicas cooperativas na escola.

Com o desenvolvimento de nossa pesquisa pretendemos disponibilizar à comunidade acadêmica estudos que evidenciem como a prática pedagógica cooperativa pode oferecer elementos que auxiliem nas práticas educativas das escolas públicas. Nos propomos, com este levantamento bibliográfico, contribuir para o desenvolvimento de mudanças e transformações da realidade escolar. Colocamos o desafio de construir em espaços escolares de gestão pública a integração das práticas de educação e de cooperação, como processos sociais de afirmação e emancipação de seus sujeitos.

A COMPETITIVIDADE COMO UMA CARACTERÍSTICA DA PROPOSTA NEOLIBERAL DE ESCOLA

Criar um vencedor a qualquer custo ou um cidadão ético e cooperador? Qual é o melhor método de ensino que as escolas devem adotar? Qual o papel da educação na constituição da cidadania? Como estabelecer padrões que contemplem às necessidades do cidadão e da educação? É diante destas indagações que muitos pais se veem na hora de matricular seus filhos em idade escolar, pois, é na escola que grande parte da interação social se inicia. O que se vive na escola contribui para a formação do ser humano e de sua consciência. Alonso (1976), define o papel social da escola, como sendo:

a instituição social reconhecida pela sociedade como a responsável pela sistematização do conhecimento humano - deve não apenas estimular o progresso social compatibilizando o desenvolvimento social como o individual, mas também rever e repensar suas formas de organização, tendo em vista atender às finalidades para as quais foi instituída e reconhecida legalmente. (ALONSO 1976, p.6)

A escola criada na sociedade moderna não tem cumprido a função anunciada pela autora, pois ela é a instituição que se encarrega de formar os homens para o capitalismo, sistema econômico instalado com o decorrer do tempo, cuja ideologia encarregada de mantê-lo foi o liberalismo e mais atualmente o neoliberalismo. Nesse contexto, segundo Libâneo (1990), a escola recebeu uma sobrecarga de responsabilidades, incluindo a preocupação com a formação de modo a atender às demandas do mundo tecnológico e formar pessoas éticas. Em virtude disso a escola adota, métodos de ensino que visam incentivar o capitalismo e se baseiam principalmente na competitividade das ideologias neoliberais. O que Silva (1994) denomina de “ofensiva neoliberal”.

O neoliberalismo representa uma ideologia política que defende o afastamento do estado das decisões econômicas. De acordo com esta doutrina, deve haver total liberdade de comércio, sendo que o mercado se torna o definidor dos rumos econômicos. Aliado a isso, surge a ideia da iniciativa privada que vem a favor da diminuição de gastos estatais com previdência social, saúde e educação. Essa concepção se caracteriza também pelo individualismo, pela competição entre as pessoas e pelo consumo exagerado, que alimenta todo o círculo vicioso do sistema. Desta forma, podemos afirmar que a economia neoliberal beneficia as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Os países pobres e em desenvolvimento sofrem com desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional, resultados da política neoliberal.

Na educação, o neoliberalismo exige que a escola deixe de dar importância aos aspectos sociais e políticos e valorize a educação para o mercado de trabalho que segue os padrões do sistema capitalista. Vale ressaltar nas palavras de Murrach (1996) três objetivos que o discurso neoliberal atribuiu como sendo o papel da educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. [...]
3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática (MARRACH 1996, p. 46-48)

A educação voltada ao mundo do trabalho na perspectiva neoliberalista, exige a formação de indivíduos capacitados para atender as necessidades que as empresas procuram. Desta forma, a escola acaba funcionando como modelo e reprodução do que acontece na ótica empresarial, a competição e o individualismo consagram-se como as principais bandeiras desta doutrina.

No Brasil a influência do neoliberalismo na educação é realizada por tendências pedagógicas que representam os ideários liberais que:

pelo menos nos últimos cinquenta anos, tem sido marcada pelas tendências liberais, nas suas formas ora conservadora, ora renovada. Evidentemente tais tendências se manifestam, concretamente, nas práticas escolares e no ideário pedagógico de muitos professores, ainda que estes não se deem conta dessa influência. (LIBÂNEO, 1990, p. 06)

São consideradas pedagogias de tendência liberal: a pedagogia tradicional; a renovada progressivista; a renovada não diretiva e a tecnicista. Nos deteremos aqui, a pesquisar mais a fundo a pedagogia tecnicista. O tecnicismo foi implantado no Brasil na década de 1960, no decorrer do regime militar, através dos programas de desenvolvimento social e econômico “Aliança para o Progresso” e acordo “MEC-USAID”, convênio de cooperação firmado entre Brasil e Estados Unidos. A implantação do modelo tecnicista foi oficializada por meio da promulgação das leis 5.540/68 e 5.692/71, que respectivamente reformulava a educação superior e instituía o ensino de 1º e 2º graus.

Segundo Luckesi (2003), essa tendência atribui à escola a função de modelar o comportamento dos alunos através do emprego de técnicas e recursos metodológicos específicos para produzir sujeitos capazes e eficientes para o desempenho de funções no mercado de trabalho. Saviani (2009), também apresenta características que definem a pedagogia tecnicista:

A partir do pressuposto da neutralidade científica, e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. [...] A educação é um subsistema do sistema social. O marginalizado passa a ser o ineficiente, o improdutivo. (SAVIANI 2009, p.10-13)

Percebe-se na citação do autor que a pedagogia tecnicista está relacionada à perspectiva do mercado, quem fica a margem desse ideário se torna improdutivo e ineficiente. O modelo tecnicista adota o método científico como pressuposto, em contrapartida os princípios de racionalidade, eficiência, neutralidade e produtividade, são características que foram incorporadas na sociedade contemporânea e na educação pela proposta neoliberal. Essas características são visíveis na atualidade no modelo de avaliação educacional. Explicitaremos sobre essas características no processo de avaliação por acreditarmos que demonstram de forma mais efetiva a presença da abordagem neoliberal.

Sobre o sistema de avaliação adotado pelo tecnicismo, Freitas (2011), traz a expressão “cultura de auditoria”. Esta “cultura de auditoria”, segundo o autor, são as avaliações sistemáticas em larga escala, que dão especial atenção à qualidade da educação baseada na lógica do mercado de competição e produção de dados quantitativos, apenas números transformados em notas. Percebemos tal “cultura” adotada nas políticas públicas dos testes nacionais, que ranqueiam as escolas, a ponto destas competirem entre si. Estes testes ficam disponíveis na base de dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – para a comunidade, numa

ação lamentável, comparando os resultados entre uma escola e outra sem ter qualquer contato com a realidade individual de cada uma. As instituições com melhores “notas” são mais valorizadas pela sociedade, enquanto aquelas com desempenho menor, são culpabilizadas pelo seu “fracasso”.

Quanto a classe docente, a avaliação está ligada ao desempenho individual de cada professor, sendo a gratificação salarial dada aos “melhores”, principalmente na rede privada. Nas redes públicas não há incentivo algum por parte do governo, longe disso, no lugar de políticas públicas que contemplem concursos, o que acontece são provas anuais que limitam o candidato a responder questões objetivas, depois disso o docente precisa enfrentar uma verdadeira batalha nas GERED – Gerência Regional de Educação - competindo com todos os outros aprovados, garimpando por uma vaga. Desta forma, o professor fica subordinado a um contrato temporário, 'pipocando' de escola em escola. Esta situação gera um sentimento de despertencimento em relação ao local de trabalho e a consciência que não importa seus esforços a esta ou outra escola, pois no próximo ano terá que enfrentar toda a “*via crucis*” novamente na luta por uma vaga. O pior resultado deste processo todo é a competição entre os docentes, sendo o trabalho do professor individualizado, sem estímulos ao trabalho coletivo.

Percebemos que a “ofensiva neoliberal” tende a reduzir drasticamente a qualidade intelectual da educação, em prol de uma qualidade mercadológica, capitalista que visa resultados rápidos e direcionados aos interesses empresariais. É lastimável que, inconscientemente, ao aplicarem modelos impostos pelo tecnicismo, os professores, em geral, desenvolvem práticas pedagógicas que valorizam a competitividade, a meritocracia e a eficiência que esta pedagogia defende. A formação crítica, social e política que utiliza disciplinas como História, Sociologia e Filosofia, por exemplo, são vistas pelo alunado, e até mesmo por alguns docentes, como inúteis e desinteressantes. Este fato é tão notado que chega ao ponto de ser proposto, pelo governo em exercício, a flexibilização do currículo do ensino médio. Esta mudança propõe que se deixem de lado estas e outras disciplinas e sejam substituídas por “unidades curriculares” com maior ligação a formação profissional.

A competitividade está presente em quase tudo que se refere a escola. Nas práticas pedagógicas, principalmente, nos jogos e brincadeiras onde se terá vencedores e perdedores, nas gincanas e festivais, nos concursos de leitura, de redação, de desenhos, em que a classificação diferencia os alunos no sentido de “capacidade”. No momento em que os pais dos alunos cobram resultados imediatos nos vestibulares, só pensando no mercado de trabalho. Quando as gestões das escolas cobram para que um conteúdo pré-determinado seja aplicado em tempo *record*, sem se preocupar com o que foi realmente aprendido pelos alunos, só pensando nos

resultados que deve alcançar na próxima avaliação do governo. Com a intensa cobrança por parte dos professores sobre os alunos que têm a obrigação de tirar as melhores notas e serem classificados apenas por um número. De aluno para aluno com a comparação dos melhores, no sentido de notas. Estes são apenas alguns dos exemplos que demonstram como atividades competitivas existem de forma interiorizada no trabalho de muitas escolas. Geralmente, todos passamos por situações como estas e concordamos sem questionar o seu sentido.

Palavras como serenidade, compreensão, generosidade, respeito, cordialidade, solidariedade, amizade, equilíbrio, honestidade, dignidade, são praticamente excluídas do uso escolar no cotidiano. Todo este estímulo leva as crianças a desenvolverem desde a tenra idade o espírito de competição, deixando de lado totalmente o sentido da palavra cooperação. Segundo Ghiraldelli (1996) o neoliberalismo insere a escola no âmbito do mercado capitalista, deixando de lado o conteúdo político da cidadania, substituindo-os pelos direitos do consumidor. É como consumidores que o neoliberalismo vê alunos e pais de alunos. Correto está o professor Gaudêncio Frigotto (1993) ao afirmar que, se lermos o Manifesto Comunista de Karl Marx, chegaremos à conclusão de que ele é hoje muito mais atual do que na época em que seu autor o escreveu. O conceito de educação e cooperação partindo dos princípios Marxistas é o que passaremos a analisar no próximo capítulo.

EDUCAÇÃO E COOPERAÇÃO PARTINDO DE MARX

A educação socialista foi defendida por Karl Marx, filósofo, teórico, político, historiador, economista e militante. A escolha por sua teoria se deve ao fato de este autor defender que:

os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. [...] A consciência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. (MARX, 1845 p. 5)

Para o autor são os homens que transformam as circunstâncias e por isso é necessário primeiro mudar os homens e sua consciência para depois mudar as circunstâncias. A partir desta perspectiva entendemos que, ao inserir o conceito de cooperação na prática pedagógica

almejam uma transformação da educação. Essa transformação se torna possível por meio de uma retomada de consciência sobre valores cooperativos, perdidos durante a “ofensiva neoliberal” no sistema educativo.

Estudiosos de Marx, incluindo Santos (2005), justificam que apesar de a educação não ser o tema central de sua obra e nem Marx ter se debruçado em formular uma teoria de educação e princípios metodológicos para o processo de ensino-aprendizagem, o pensador idealizava uma educação socializada e igualitária a todos os cidadãos e defendia que a educação deveria formar o homem nos aspectos físicos, mental e técnico produzindo seres humanos desenvolvidos integralmente. Para Marx, segundo Santos (2005), a educação é um objeto de pesquisa que está inserida numa sociedade com luta de classes, e sua obra nos deixou alguns dos mais importantes princípios sobre a prática educacional transformadora. A teoria Marxista fornece uma visão da transformação social, retrata um mundo onde as coisas não são fixas e luta por mudança. Por essas características, o Marxismo, muitas vezes, se torna a voz daqueles que se veem como oprimidos nos mais diversos campos da sociedade e propõem uma teoria voltada para a ação.

Ao final das *Teses sobre Feuerbach*, Marx escreveu sua célebre frase: "Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se porém de modificá-lo." (MARX, 1845, p. 8). Esta frase é a mais pura e severa crítica de Marx a quem adota apenas uma postura contemplativa, que apenas observa e nunca intervém para modificar a realidade que o cerca. Segundo Santos (2005), baseado em Marx:

o ensino aparece como instrumento para o conhecimento e também para a transformação da sociedade e do mundo. Este é o potencial e o caráter revolucionário da educação. [...] Por isso, há a necessidade de um processo educativo pautado em um projeto político e pedagógico definido e voltado aos interesses da grande maioria excluída. Aí é que surge o papel estratégico da escola, dos educadores e intelectuais, os quais, em nosso entender, são decisivos para a construção da consciência de classe do trabalhador. (SANTOS, 2005, *on-line*)

Com base nos princípios de Marx, segundo Faria Filho (2008) a escola teria basicamente um duplo papel: 1º- Desmascarar todas as relações sociais (relações de dominação e exploração) estabelecidas pelo capitalismo no âmbito da sociedade, tornando cada indivíduo consciente da realidade social na qual ele está inserido; 2º - Militar pela abolição das desigualdades sociais, pelo fim da dominação e exploração de uma classe sobre outra, pela transformação da sociedade.

Sobre essa transformação Silva (2011), reflete que vivemos numa sociedade que manifesta diariamente a urgência do saber conviver. Notícias de guerras por território, guerras ideológicas, crimes brutais, aumento da violência, corrida desenfreada por capital, enfim, todas as formas de desrespeito as relações humanas evidenciam o individualismo e egoísmo. Por outro lado, alguns grupos já perceberam que agir de maneira contrária, principalmente levando em conta o princípio de cooperação mútua pode ser contagiante e se opor a comportamentos egoístas contribui para a transformação social.

Ao continuarmos a analisar a obra de Marx encontramos bem definido o conceito de cooperação no sentido de trabalho, mas que pode ser transportado para outros campos inclusive na área educacional:

A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação [...] O efeito do trabalho combinado não poderia neste caso ser produzido ao todo pelo trabalho individual [...] O efeito da cooperação simples mostra-se colossal nas obras gigantescas dos antigos asiáticos, egípcios, etruscos etc. (MARX, 1864, p. 442, 449)

É a partir deste raciocínio, que a educação e a cooperação assumem centralidade na discussão desta pesquisa. Conceitualmente, cooperação pode ser apresentada de várias formas, com vários sentidos e, ainda, para vários usos.

Frantz (2001) define a cooperação como uma ação intencional e consciente, articulada e coordenada com e entre pessoas ou grupos, que visam objetivos comuns, com consequências sociais advindas dos campos político, social e econômico.

Os espaços educativos sejam formais, como as escolas ou não formais, devem primar para a formação de indivíduos que atuem de forma positiva na sociedade. As atividades desenvolvidas neste contexto devem ultrapassar a aprendizagem de conteúdos formais e passar ao campo das relações sociais. Nas palavras de Marx (1864, *on-line*), “quando o trabalhador coopera sistematicamente, ele fica livre dos grilhões da individualidade e pode vir a desenvolver as potencialidades de sua espécie.” Para ele esse processo de cooperação está presente em qualquer período histórico.

A cooperação deveria ser um modo de vida, uma maneira humana de viver e uma característica de vida cotidiana. A esse respeito, Brotto (1999) comenta que:

Somos socializados e socializamos os outros para a Cooperação e Competição através da educação, da cultura e da informação. Eminentemente, tornar a sociedade Cooperativa ou Competitiva, é uma ação política, uma arte pessoal e coletiva de realizar o melhor (im)possível para todos. (BROTTO 1999, p. 55)

A relação entre a cooperação e a educação dá-se na prática social, no relacionamento humano, em toda vivência e troca de experiências. A participação na educação é de responsabilidade de todos os membros da sociedade, uma vez que somos atuantes e receptores a todo o momento da transformação social. Andriolli (2009), respalda que:

É a necessidade que gera a relação cooperativa entre os seres humanos. Ou seja, quando o ser humano se torna consciente de sua incapacidade de resolver individualmente um problema, a tendência é solicitar o auxílio de seu semelhante. Grupos humanos, percebendo sua fraqueza diante de uma adversidade, se unem para resolver problemas que lhes são comuns. (ANDRIOLLI, 2009. p.1)

Percebemos que contraditoriamente ao que viemos abordando sobre cooperação, o individualismo surge como uma das tendências sociais mais crescentes no mundo capitalista. Nos dias de hoje não existe mais o “nosso” apenas o “meu” e o “seu”, fica cada vez mais evidente a afirmação “cada um por si e Deus por todos”. Absolutamente tudo dentro da sociedade é dividido individualmente de maneira ambiciosa, tudo é visto na percepção de que, o que eu tenho é meu, mas o que você tem, talvez possa ser meu um dia. O individualismo está presente na vida cotidiana, quando as pessoas se mostram egoístas: no trânsito, no trabalho, nos estudos, nas igrejas, e por aí vai. A cooperação não tira o direito do ser humano a uma vida individual, mas, evidencia que temos o dever de fazer com que o nosso individualismo não esbarre no direito do outro.

Diante da urgente necessidade de “reaprender” a conviver do ser humano, entendemos que a cooperação tem uma missão fundamental que ultrapassa o campo econômico, e chega a questões sociais, políticas e até mesmo ambientais. Práticas cooperativas são e serão cada vez mais necessárias para uma mudança de convivência.

O movimento cooperativista desenvolve ações no sentido de despertar uma cultura de cooperação. Para isso exige uma pedagogia ativa e própria que tem o papel social de difundir ideias, princípios, experiências, práticas e, ao mesmo tempo, proporcionar uma formação téc-

nica. Os valores e princípios que compõem a doutrina cooperativista serão foco de nossas considerações no capítulo seguinte.

PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO COOPERATIVA

Os termos cooperação, cooperativa e cooperativismo derivam do verbo cooperar, de origem latina *cooperari* (*cum* e *operari*) que significa trabalhar com alguém. Apesar de terem a mesma origem são conceitos distintos, enquanto a cooperação significa ação conjunta com vistas ao mesmo objetivo, o cooperativismo, por sua vez, significa sistema, doutrina ou ideologia e a cooperativa seria uma entidade ou instituição onde as pessoas cooperam objetivando o mesmo fim. De acordo com Pinho (1966),

A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. Entretanto, o termo cooperação tem sido geralmente usado como equivalente de cooperativismo. (PINHO, 1966, p.7)

A autora sugere que não se pode confundir o ato de cooperar com o cooperativismo. Pois, cooperação é qualquer ato ou ação de colaborar com outras pessoas e cooperativismo constitui-se como o movimento social que procurou, através da associação de pessoas, fugir da opressão social de um determinado período histórico e de um determinado sistema, o capitalismo.

Segundo a história, e autores cooperativistas, como Lima, Silva e Bavaresco (2014), no início do século XVII, o Cooperativismo pretendia ser uma alternativa política e econômica ao capitalismo, pois, eliminava o patrão e o mediador, e concedia ao trabalhador a propriedade de seus instrumentos de trabalho e a participação nos resultados e lucros de seu próprio desempenho. Baseados nas ideias de reformadores sociais tais como Robert Owen, Charles Fourier e Louis Blanc as primeiras manifestações concretas de Cooperativismo surgiram na Inglaterra em 1838. Já em 28 de outubro de 1844, em Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra, 27 homens e 1 mulher tornaram-se associados da primeira cooperativa que recebeu

o nome de Rochdale Equitable Pioneers/Society Limited. – Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdalle.

Uma vez que a maioria dos sócios vivia num local com condições altamente precárias, denominado Beco dos Sapos, os associados eram motivos de chacotas. Ao instalarem o seu armazém, com o capital inexpressivo de 28 libras esterlinas, foram chamados por comerciantes e outras pessoas, que não acreditavam na organização autogestionária desses trabalhadores, de “*Loucos do Beco dos Sapos*”.

Os fundamentos e princípios instituídos em Rochdale são os mesmos seguidos até hoje no Cooperativismo. Reisdorfer (2014) cita: O Humanismo; a Liberdade; a Igualdade; a Solidariedade; a Racionalidade; Adesão Livre e Voluntária; Gestão Democrática; Participação Económica dos Membros; Autonomia e Independência; Educação, Formação e Informação; e Intercooperação.

Desde a criação da Cooperativa de Rochdale, a educação está ligada aos princípios do Cooperativismo, de forma que, um dos segmentos Cooperativistas é o da área educacional. Em 1853, a Cooperativa de Rochdale criou uma escola para crianças e destinava 2,5% das sobras da instituição para investimentos em educação; após dois anos, também é criada uma sala de instrução mútua para aqueles que possuíam entre 14 e 40 anos. Com aproximadamente 20 anos de constituição, a biblioteca da cooperativa contava com mais de seis mil volumes e também possuía dez salas de leituras disponibilizadas aos seus cooperados.

As cooperativas escolares são um dos componentes do Cooperativismo Educacional, definidas por Santos (2002), como:

uma instituição social de natureza privada, onde a mantenedora ou proprietária da escola é uma associação de carácter cooperativista, cujo princípio básico é a solidariedade entre os membros. O lucro, que na linguagem cooperativista é identificado como sobra, não se constitui em preocupação. O que se persegue é a prestação de serviço. A cooperativa (mantenedora da escola) possui uma figuração jurídica específica e seu funcionamento é pautado em legislação pertinente. (SANTOS, 2002. p. 25)

Em sua maioria as Cooperativas Escolas são associações de estudantes e professores, com finalidade educativa, mas que desenvolvem atividades económicas, sociais e culturais em benefício dos associados. A proposta pedagógica está baseada em atividades que contam com a participação de todos os membros que fazem parte da associação, de forma cooperativa. O projeto pedagógico segundo Santos (2002) está pautado em uma tríplice aliança: educação

cooperativista, trabalho e cooperação que têm por objetivos a convivência, o respeito mútuo, a solidariedade, promoção da justiça social, igualdade, autonomia, a cooperação e a realização de objetivos comuns.

Luz Filho (1960) destaca que na metade do século XX, existiam Cooperativas Escolares em países da Europa, da América do Norte e Sul, da Ásia, entre outros. Segundo este autor, na América do Sul, em 1927 o Chile foi o primeiro país a reconhecer, em lei, as cooperativas escolares. No Brasil, a primeira escola cooperativa surgiu no final dos anos 40, organizada por professores de antigas escolas técnicas de comércio, públicas e privadas, de Belo Horizonte–MG, inaugurada em março de 1948¹, com a denominação inicial de Escolas Reunidas Cooperativa Limitada, passando depois a Cooperativa de Trabalho Educacional Ltda. – COTEL -. Sendo considerada a escola cooperativa mais antiga do Brasil, a sua criação tem como causa maior a deficiência do Estado de oferecer ensino público de qualidade e a incapacidade das famílias de bancar os altos custos do ensino particular.

Segundo Gomes (2006), esse dado contraria a afirmação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB -, que diz que ‘o marco histórico de criação de escola cooperativa no Brasil é a Cooperativa de Ensino de Itumbiara Ltda. – CEI -, organizada na segunda metade da década de 1980 e localizada em Itumbiara – GO, mantenedora do Colégio Cora Coralina. Para Gomes a fundação da CEI não pode ser considerada a primeira desse tipo constituída no país, porque ocorreram outras experiências semelhantes em diversas localidades brasileiras como o exemplo da COTEL’. Porém, este autor salienta que a criação da CEI ocorreu no momento histórico de maior evidência do cooperativismo no Brasil e de grandes mudanças políticas, no final da década de 1980 e início dos anos 1990.

A época de maior efervescência de criação da modalidade escola cooperativa no território nacional coincidiu com o período de reivindicações por mudanças político-sociais não apenas no campo educacional, mas em toda a sociedade brasileira. As décadas de 80 e 90, não obstante as diversas crises e a recessão econômicas por que vinha passando o Brasil, representam um marco histórico significativo e importante para a sua organização político-social, porquanto o País viveu fases de rica discussão política, repercutindo na elaboração e aprovação da atual Constituição Federal, e na adoção de propostas de mudanças nas políticas públicas, a exemplo da educação, que teve sua nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aprovada em dezembro de 1996. (GOMES 2006, p. 3)

¹Não foi encontrada nenhuma informação bibliográfica referente a alguma experiência dessa natureza anterior a 1948 no Brasil.

Em nosso estado há uma experiência bem-sucedida nesse sentido, a OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - em parceria com a SESCOOP / SC – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo / Santa Catarina - desenvolve no Estado o Programa Cooperjovem, com o objetivo de disseminar a cultura da cooperação, baseada nos princípios e valores do cooperativismo, por meio de atividades educativas. Está implementado com a parceria de 23 cooperativas, com o apoio das Secretarias Municipais e Gerências Regionais de Educação de 42 municípios de todas as regiões do Estado. Atualmente, segundo o site da OCESC, atende cerca de 80 escolas da rede de ensino público, envolvendo quase 500 professores e mais de 16 mil alunos da educação infantil e do ensino fundamental. Cada escola participante do programa desenvolve o Projeto Educacional Cooperativo - PEC. O tema do PEC surge de uma pesquisa de contexto que é realizada na comunidade escolar. Dessa pesquisa, surge a situação-problema, que depois de um trabalho cooperativo de planejamento, será foco de atuação da escola por um determinado período de tempo. Pelo caráter de envolvimento de todos os agentes participantes da comunidade escolar, o PEC acaba se tornando um objetivo coletivo dentro da escola, através do qual todos trabalham com o propósito de trazer melhorias no desenvolvimento do processo de aprendizagem, tendo em vista sempre a pedagogia da cooperação.

De forma simples, Pinho (2004), define o objetivo da educação cooperativista como sendo “despertar a consciência de grupo para participação solidária dos membros no empreendimento cooperativo.” (PINHO, 2004 p. 180). E educar cooperativamente, segundo a autora, seria incentivar o trabalho em equipe, somar esforços, para solucionar problemas da cooperativa, mediado pelo “elevado comportamento ético” e sustentado pelos valores da democracia cooperativa, solidariedade e ajuda, possibilitando a atuação cidadã do cooperado, tendo ciência de seus direitos e deveres, para poder exercê-los na sociedade.

Lima, (1994), defende o pensamento de que o mais importante a ser buscado pela escola cooperativa como alternativa educacional é a educação cooperativista, lançando o desafio no sentido de que essa escola deve assumir “a ideia de que criar uma escola é conceber dois grandes projetos: um projeto de sociedade e um projeto de educação, onde o homem é o sujeito dinamizador e gerador de sua história” (LIMA, 1994. p. 117).

Gomes (2006) nos apresenta uma definição que abrange um importante elemento que constitui as escolas cooperativas:

desenvolver, com gestão administrativo-pedagógica participativa e coletiva dos associados, devendo possuir projeto político-pedagógico (contendo filosofia definida, objetivos educacionais, níveis de ensino a serem oferecidos), proposta pedagógica (com proposição de uma educação alternativa e pautada nos valores do cooperativismo) e projeto de viabilidade econômica e administrativa (claro e exequível). (GOMES, 2006, p.12)

A proposta de gestão para as cooperativas educacionais, segundo o autor, evidenciam a gestão democrática e participativa como aspecto importante, que para Oliveira “[...] será bem-sucedida se as suas diretrizes forem adequadas do ponto de vista do cooperativismo, de um lado, e do ponto de vista pedagógico, de outro.” (OLIVEIRA, 1994, p. 76).

Para Frantz e Schönardie (2007) a educação cooperativa pode ser um processo complexo, carregado de vários sentidos e promovido pelos processos de gestão ou de comunicação de cada cooperativa. Os autores afirmam que o papel da educação cooperativista é educar para a cooperação, o que significaria se opor ao sentido instrumental da educação, afirmado ao longo do processo capitalista de produção. Nesse sentido a educação cooperativista precisa se opor a educação individualista.

Assim, nas palavras de Andriolli (2007, *on-line*) “entendemos que o cooperativismo se apresenta como uma prática social que pode se adaptar a várias ideologias e compreensões de educação.” Fazer uso de seus princípios é de fundamental importância se quisermos desenvolver a educação transformadora que Marx desenhava.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COOPERATIVAS: AS POSSIBILIDADES

Pensarmos a educação na perspectiva da cooperação envolve muito mais do que entendermos seus significados. Envolve, como professores, redimensionar a prática pedagógica a fim de que toda ação educativa tenha como propósito a cooperatividade. Mas o que é a prática pedagógica? Quais aspectos que definem uma prática pedagógica cooperativa? Qual sua relação com o conhecimento? Como se efetiva na relação professor/aluno? Quais metodologias mais adequadas a serem desenvolvidas? Nossas pesquisas nos remetem a algumas respostas a estas indagações. Fernandes (1999) destaca que a prática pedagógica pode ser pensada como:

prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática so-

cial e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares. (FERNANDES 1999, p.159)

Dentre os aspectos que definem uma prática pedagógica cooperativa podemos destacar, partindo do pensamento de Fernandes, que ela não está reduzida simplesmente a aplicação didática de conteúdos programados. Precisa estar diretamente relacionada com o cotidiano dos alunos, deve partir de sua realidade. O aluno que chega a escola para aprender traz junto consigo toda uma bagagem de conhecimento adquirida na família, com os amigos, com o meio que ele convive, é um erro grave por parte dos professores ignorar a história do aluno. O professor precisa conhecer seus alunos, quem são, de onde vêm, do que vivem suas famílias e ter isto como um pré-requisito para o planejamento de forma permanente.

Libâneo (1994) ao desenvolver considerações sobre o planejamento principalmente em relação aos alunos da escola pública salienta que a “verificação das condições potenciais de rendimento escolar depende de um razoável conhecimento dos condicionantes sócio-culturais e materiais: ambiente social em que vivem, a linguagem usada nesse meio, as condições de vida e de trabalho” (p. 229). Para este autor o conhecimento das condições sociais constitui-se em ponto de apoio pedagógico para a ação docente. O professor como orientador do processo de ensino, precisa estar disponível para aprender com a realidade, extrair dos alunos informações sobre a vida cotidiana de forma que confrontem os seus próprios conhecimentos com os conteúdos escolares. A prática pedagógica é o que torna a aula um espaço-tempo onde podemos juntar diferentes histórias, relações, conflitos, encontros, desencontros e possibilidades de construir novas relações, ligando a prática com a teoria de forma dialógica.

A dialética e a dialogicidade na construção do conhecimento são dois conceitos importantes da prática pedagógica cooperativa, conceitos estes largamente enfatizados pelos marxistas e freirianos. Como já dizia Freire (1986), a construção do conhecimento é vista como um processo realizado por ambos os atores: professor e aluno, na direção de uma leitura crítica da realidade. O educador não é considerado o dono do conhecimento, e sim alguém interessado em compartilhá-lo com seus alunos. Saviani (2009), enfatiza também que a aprendizagem dos conhecimentos depende de uma estrutura cognitiva² já existente na qual se possa

²Estrutura cognitiva aqui está relacionada com a relação pedagógica entre professor e aluno que acentuará as trocas em que o aluno entra com a sua experiência imediata e o professor com conteúdos e modelos que permitam compreender e ultrapassar a experiência imediata.

apoiar, caso este requisito não esteja dado, cabe ao professor provê-lo. Para Saviani a concepção histórica do ser humano está diretamente ligada com o processo de apropriação do conhecimento, enquanto um processo/produto cultural que possibilita ao homem conhecer sua realidade e nela atuar enquanto sujeito histórico-social. Daí que Saviani vê a necessidade de os indivíduos se apropriarem do conhecimento produzido historicamente e socialmente. A relação do homem com a realidade social não é imediata, mas mediatizada pela apropriação do conhecimento existente, ou seja, a apreensão do concreto nas suas múltiplas determinações requer mediação do abstrato, que é o conhecimento produzido historicamente.

A perspectiva cooperativista anuncia outro aspecto importante para a educação que trata da superação da individualidade. Sobre as novas formas de compreender a construção do conhecimento Andriolli (2007) destaca que:

Está emergente, em nossa época, portanto, um novo jeito de compreender a atividade educativa. Essa compreensão supera o paradigma clássico da ciência que entendia o conhecimento como uma relação individual entre sujeito e objeto. Além de negar a ideia de que o saber é uma reprodução do objeto para o sujeito que o apreende (teoria predominante na Idade Média, com a Escolástica), novas reflexões pedagógicas procuram superar a razão instrumental, que acreditava na capacidade do sujeito individual produzindo o conhecimento. (ANDRIOLLI, 2007, *on-line*)

O autor reforça o que Freire e Saviani destacam, de que a atividade educativa vai além da perspectiva instrumental e individualizada. A educação contemporânea exige que sejam reformulados estes conceitos, para isso os professores devem ir para sala de aula munidos de teorias que deem aporte para práticas coletivas, cuja metodologia aponte para trabalhos com projetos integradores, que partam da realidade dos estudantes, para superá-la por meio do conhecimento.

Outro aspecto que define uma prática pedagógica cooperativa é a relação de solidariedade professor/aluno. Para que o aluno aprenda e conseqüentemente desenvolva suas capacidades e habilidades, é necessário que o professor crie um ambiente que favoreça a aprendizagem e saiba direcioná-la. O professor deve ter consciência do que pretende, estabelecendo objetivos claros e refletindo diariamente sobre as conquistas e dificuldades de seus alunos, para assim, melhor intervir ajudando-os a progredir em seu aprendizado. Segundo Frantz (2001)

A educação é um processo cooperativo, desde que seja um processo voltado à emancipação humana, um processo interativo e democrático de diferentes vozes que se fazem sujeitos da sua história pela ação comunicativa, pela cooperação na construção dos seus espaços de vida, submetendo-se essas diferentes experiências de vida, suas reflexões e argumentos a um diálogo reconstrutor das relações e práticas sociais decorrentes. (FRANTZ 2001, p.257)

Ou seja, a prática pedagógica centrada na cooperação entre professor/aluno, aluno/aluno e todos os participantes da ação educativa, ajuda a produzir de maneira mais eficaz aprendizagens e descobertas de conhecimentos sob uma ótica de construção coletiva e socializadora. Apropriação de valores, informações, culturas, crenças, filosofias, direitos, tornam-se mais fáceis de serem apreendidos se trabalhados em conjunto. A aprendizagem, segundo Marques (1993), constitui-se como:

construção coletiva assumida por grupos específicos na dinâmica mais ampla da sociedade, que por sua vez, se constrói a partir das aprendizagens individuais e grupais. [...] Em vez de o professor operar com conceitos que já aprendeu e na forma em que os aprendeu e que agora só necessitariam ser reproduzidos nos e pelos alunos, trata-se, no ensino, de ele e os alunos produzirem, em entendimento comum, os conceitos com que irão operar para entenderem as relações com que lidam (MARQUES, 1993 p.109-110).

Os educandos desenvolvem-se enquanto aprendem e os professores também, se houver uma proposta pedagógica significativa, participativa e cooperativa. De acordo com Fullan e Hargreaves (2000), a ajuda recíproca faz parte de aperfeiçoamento contínuo e o avanço no processo de aprendizagem somente acontecerá a partir de mudanças significativas no ambiente escolar. Para alcançar essas mudanças, é preciso segundo os autores, em primeiro lugar, valorizar a escola como ambiente de aprendizagem docente, que favoreça a comunicação, redirecionando as relações entre professor-aluno, aluno-aluno e professor-professor. Nesse ambiente de aprendizagem, professores colaborativos realizam práticas pedagógicas que proporcionam o desenvolvimento integrado dos conteúdos e, conseqüentemente, o ensino significativo para o aluno. Em segundo lugar, orientar a prática docente a favor de um ensino reflexivo, observando o ambiente de aprendizagem. Em terceiro lugar, despertar a consciência do professor de que ele é elemento importante na mediação da aprendizagem, no papel de informador, facilitador e aprendiz nas discussões com os alunos, além de responsável pelas buscas

de materiais culturais para o enriquecimento do ambiente de aprendizagem, de pesquisador constante e de organizador dos conteúdos e das atividades curriculares socialmente relevantes.

Esses elementos conduzem o docente a criar uma prática educacional que leve à interdisciplinaridade, englobando trabalho coletivo, construção de conhecimento coletivo e ações coletivas, tudo pautado no diálogo. Em conjunto com essas mudanças, o professor, ao se propor a voltar sua prática pedagógica à cooperação, precisa incorporar às suas metodologias alguns valores cooperativistas fundamentais. Por exemplo: para ensinar sobre ética e respeito pode-se utilizar do princípio do **humanismo**. Para trabalhar sobre direitos e obrigações utiliza-se o princípio da **igualdade**, ressaltando que todos são iguais na medida de sua desigualdade. Para mostrar que a participação de todos é válida e necessária desde que estejam de acordo, independente de sexo, raça, classe social, opção religiosa, de forma voluntária e equitativa, o professor trabalha com os princípios da **liberdade**, da **adesão livre e voluntária** e da **gestão democrática**. Para mostrar a seus alunos que este tipo de prática causa maior bem-estar em todos os membros, pois, se ajudam e trocam informações mais facilmente, o professor trabalha na perspectiva da **intercooperação**. Podendo utilizar o princípio da **racionalidade** para mostrar que os conhecimentos científicos são adquiridos para emancipação e respeito de todos.

A metodologia grupal é outro aspecto da prática pedagógica cooperativa sendo que as atividades colaborativas têm sido destacadas como benéficas tanto para os estudantes quanto para os professores.

Colaço (2004) observa que as crianças, ao trabalharem juntas, "orientam, apoiam, dão respostas e inclusive avaliam e corrigem a atividade do colega, com o qual dividem a parceria do trabalho, assumindo posturas e gêneros discursivos semelhantes aos do professor" (2004, p.339). Percebemos nesta afirmação, a importância de o professor tanto estimular seus estudantes a trabalhar em grupo quanto fornecer-lhes um modelo de interação que resulte no compartilhamento de ideias, extinguindo a tradicional intervenção autoritária e procedimental com a qual estamos acostumados a nos deparar em sala de aula.

Com relação às atividades grupais de aprendizagem colaborativa e cooperativa entre crianças, alguns estudos nos trazem evidências relevantes sobre os benefícios por elas proporcionados. Leal e Luz (2001) fazem análise de um trabalho voltado para a atividade de composição de textos por pares de estudantes do ensino fundamental e constatam que esse tipo de ação favorece a tomada de consciência de decisões sobre a escrita, 'desautomatizando-a' e melhorando sua qualidade. Pessoa (2002) analisa o papel da atividade em duplas para a superação de dificuldades matemáticas e sugere que as crianças criam diferentes estratégias para

superar obstáculos a partir das discussões com os companheiros. Estratégias essas que, mais tarde, passaram a ser utilizadas nos trabalhos individuais. Brotto (1999), fala sobre a diferença gritante que há entre a cooperação e a competição, nas aulas de educação física. O autor aborda quais os alcances, os objetivos e os sentimentos envolvidos em uma situação competitiva e em uma situação cooperativa durante os jogos nas aulas de educação física. Comenta também sobre alguns mitos que surgem quando falamos em cooperação, deixando bem claro que há alternativas, não porque a competição é ruim e a cooperação é boa, mas porque a cooperação é mais necessária se queremos um mundo melhor. “Não sou contra a competição, sou francamente a favor da cooperação”. (BROTTO, 1999 p. 41). O professor faz ainda um apelo para que o desenvolvimento da cooperação seja amparado por todos, mostrando que a sociedade cooperativa é uma possibilidade, basta trabalharmos com boas ações, além das nossas boas intenções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto entendemos que é necessário e urgente desenvolver ações para orientar a reformulação da prática pedagógica na perspectiva da cooperação. Delinear uma prática pedagógica cooperativa é um dos complexos problemas que hoje se colocam à escola e aos profissionais da educação, para isso não se encontram soluções prontas e facilmente aplicáveis, ao contrário, demanda capacidade de reformular a prática pedagógica.

É necessário tomar como princípio que o mais importante são as pessoas, suas ideias, suas ações, suas propostas e seus sentimentos, para tornar um projeto bem-sucedido em que todos assumam responsabilidades. Sem pessoas qualquer plano perde o sentido. Quem torna viva a escola são aqueles que dela fazem parte: os educadores, os demais funcionários, os alunos e seus familiares. A qualidade das relações entre esses sujeitos é indispensável para construir uma prática pedagógica cooperativa.

Considero relevante o papel dos professores e gestores neste processo, cuja finalidade é superar as práticas competitivas e individualistas existentes na escola atualmente e adotar a cooperação como princípio fundamental da prática pedagógica. É preciso que os profissionais da educação assumam um papel coletivo para discutirem e aplicarem ações pensadas e definidas em grupo, agindo coletivamente na execução de ideias, discutindo fraternalmente as suas questões e se engajando em projetos comuns e interdisciplinares, contando com apoio e com espaço de discussão sobre como desenvolvê-los adequadamente. É papel da gestão criar contextos que estimulem os professores no sentido de sua profissão, pois todos que convivem no espaço escolar são atores importantes.

Por essa razão, as iniciativas de formação continuada, especialmente aquelas que se desenvolvem na escola, pautadas no trabalho coletivo, representam um caminho necessário para os educadores. Sem ações efetivas de formação, a defesa do direito dos educadores ao desenvolvimento profissional contínuo não passa de um discurso apenas.

Para Fullan e Hargreaves (2000), o efeito mais importante da colaboração entre os professores é seu impacto sobre a incerteza do trabalho que, quando enfrentada sem ajuda, pode diminuir demasiadamente o senso de confiança de um professor, sendo o principal benefício da colaboração sua capacidade de reduzir a sensação de impotência dos professores e aumentar sua sensação de eficiência.

A prática pedagógica cooperativa visa preparar para o aprendizado da cidadania no dia a dia da própria escola: na compreensão da realidade, no exercício da liberdade e da responsabilidade, na atenção e no interesse pelo outro, no respeito pela diversidade, na tomada de decisões, no compromisso com o desenvolvimento humano, social e ambiental. Porém, toda formação baseada em valores depende de exemplo e de coerência: pouco adianta o discurso sobre a importância de atitudes cooperativas, se o contexto não as valoriza em atos e nem favorece o seu desenvolvimento. O Professor deve investir, junto com seus alunos, na construção coletiva de todo o processo educacional.

Conseguimos com este trabalho encontrar respostas a algumas de nossas perguntas iniciais, porém, abre-se um leque de novas indagações a serem pesquisadas. O tema é cativante e nos deixa brecha para novas pesquisas. A certeza que continuamos a ter é de que toda ação voltada para a cooperação e não para a competição tem muito mais chances de dar certo. Fazemos aqui uso das palavras de meu querido irmão Luiz Teixeira “o que nos torna mais humanos é a capacidade de cooperar com o próximo, de potencializar o bem viver, as diferenças, a arte de sonhar, desta forma outro mundo é possível, um mundo mais justo de fato”.

COOPERATIVE PEDAGOGICAL PRACTICES: BETWEEN CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Abstract

The different pedagogical practices adopted and implemented in public school, directly influence learners, the work of teachers and all school community. The model of the pedagogical practices focused on cooperation is the object of analysis of this work, justified by the need for knowledge and understanding about the subject, because during the years of graduation we did not have deep contact with this model of school pedagogical practice, despite the fact that the principles of cooperation are linked to cooperativism, which is linked to the social movements that found the Federal University of Fronteira Sul - UFFS. We are also struck by the question of the routines of schools, which in their diary routine they are always turned to individualism. We intend with this research establish a paradox between education for competition and education for cooperation with the objectives of: understanding how competitiveness became a characteristic of Neoliberal school proposal. Researches which are the principles and foundations of cooperation defended by the socialists and adopted by Cooperativism that can modify the pedagogical practices in the public schools. And identify the possibilities of changes in pedagogical relationships based on the principles of cooperation. We understand that all training based on values depends of good example and coherence, it isn't worth the discourse on the importance of cooperative attitudes if the context doesn't give importance in attitude and doesn't favors its development. The teacher must invest, together with his students, in the collective construction of the entire educational process.

Keywords: Pedagogical Practices. Cooperative Education. Cooperation. Competition

PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS COOPERATIVAS: ENTRE LOS DESAFÍOS Y POSIBILIDADES

Resumen

Las diferentes prácticas pedagógicas adoptadas e implantadas en las escuelas públicas influyen directamente los educandos, el trabajo de los profesores y toda la comunidad escolar. El modelo de practica pedagógica centrado en la cooperación es el objeto de análisis de este trabajo, justificado por la necesidad de conocimiento y comprensión a cerca del asunto, pues, durante los años de graduación no tuvimos contacto profundo con este modelo de práctica pedagógica escolar, a pesar de que los principios de la cooperación estén vinculados al cooperativismo, que está ligado a los movimientos sociales que fundan la Universidad Federal de la Frontera Sur – UFFS. Nos llama la atención también, la cuestión de las rutinas de las escuelas, que en su día a día siempre están volcadas para el individualismo. Pretendemos con este estudio establecer un paradojo entre la educación para la competición e la educación para cooperación con los objetivos de: entender como la competitividad se tornó una característica da propuesta Neoliberal de escuela. Investigar cuales son los principios y fundamentos de cooperación defendidos por los socialistas y adoptados por el Cooperativismo que pueden modificar las prácticas pedagógicas en las escuelas públicas. E identificar las posibilidades de cambios en las relaciones pedagógicas basadas en los principios de la cooperación. Entendemos que toda formación basada en valores depende de ejemplo y de coherencia, poco adelanta el discurso sobre la importancia de actitudes cooperativas, se el contexto no las valoriza en actos y ni favorece su desenvolvimiento. El Profesor debe invertir, junto con sus alumnos, en la construcción colectiva de todo el proceso educacional.

Palabras-claves: Prácticas Pedagógicas. Educación Cooperativa. Cooperación. Competición

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Myrtes. **O papel do diretor na administração escolar** - São Paulo; Difel-Educ, 1976.
- ANDRIOLLI, Antônio Inácio. **A educação cooperativa numa perspectiva marxista**. In.: Revista Espaço Acadêmico – n° 103 – dezembro de 2009. Disponível em: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/.../4936 Acesso em: 21/09/2016
- ANDRIOLLI, Antônio Inácio. **Educação: um processo cooperativo**. In.: Revista Espaço Acadêmico -n° 71- Abril/ 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/071/71andrioli.htm> Acesso em: 08/08/2016.
- BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência I**. Campinas, SP: [s.n.], 1999.
- COLAÇO, Veridiana de Fátima Rodrigues. **Processos interacionais e a construção de conhecimento e subjetividade de crianças**. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 333-340, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000091&pid=S0104-4060200800010001300011&lng=es Acesso em: 27/09/2016.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores Sociais e História da Educação**/organizado por Luciano Mendes de Faria Filho. - 2ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- FERNANDES, Cleoni. **À procura da senha da vida-de-senha a aula dialógica?** In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas: Papirus, 2008. p.145-165
- FRANTZ, Walter. **Educação e Cooperação: Práticas que se relacionam**. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n6/a11n6.pdf> Acesso em: 17/08/2015
- FRANTZ, Walter; SCHONARDIE, Paulo Alfredo. **As práticas do movimento cooperativo como lugares de educação**. In: Reunião Anual da ANPEd. 30, 2007, Caxambu. ANPEd: 30 anos de pesquisa e compromisso social, Caxambu 2007. p. 1-15. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt03-3267-int.pdf> Acesso em: 20/09/2016.
- FREIRE, Paulo & SHOR, Ira. **Medo e Ousadia: O Cotidiano do Professor**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986
- FREITAS, Luiz Carlos. **A qualidade da escola e os profissionais da educação: confiança nas relações ou cultura de auditoria?** In: CUNHA, C.; Sousa, J.V., Silva, M.A. (Org) Políticas públicas de educação na América Latina. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 279-302.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 1993.

FULLAN, Michael & HARGREAVES, Andy. **A escola como organização aprendente – buscando uma educação de qualidade**. Artmed, 2000

GOMES, Antônio José. **Escola cooperativa no Brasil: mito e realidade**. In: IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI. 4, 2006 Teresina A pesquisa como mediação de prática socioeducativas, Teresina. EDUFPI 2006. v. 1. p. 1-12. 2006. Disponível em: http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT16/escola_cooperativa.pdf> Acesso em: 23/08/2015.

LEAL, Telma Ferraz; LUZ, Patrícia Santos da. **A produção de textos narrativos em pares: reflexões sobre o processo interativo**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 27-45, jan./jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022001000100003&lng=pt Acesso em: 27/09/2016.

LIBÂNEO, José. Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Cortez, 19 ed. 1990.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994

LIMA, Maria Gasparina de. **Cooperativas de Ensino em Goiás: em busca de uma nova escola**. In.: Revista Perspectiva Econômica, série cooperativismo. São Leopoldo, n. 84, pp. 75-119, 1994.

LIMA, Paula Caroline de; SILVA, Paula Pires da; BAVARESCO, Paulo Ricardo. **O cooperativismo ao longo da história e as perspectivas para a atualidade**. In.: Unoesc & Ciência - ACSA, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 81-86, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acsa/article/view/4509> Acesso em: 23/09/2016

LUKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUZ FILHO, Fábio. **Cooperativas Escolares**. 5ª ed. Brasília: IBGE, 1960.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e Educação. In: GHIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.

MARQUES, Mário Osório. **Conhecimento e Modernidade em Reconstrução**. Ijuí: Editora Unijuí, 1993.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. 11º capítulo: Cooperação**. 1864. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf Acesso em: 13/10/2016.

MARX, Karl. **Teses sobre Feurbach** 1845. Edição Ridendo Castigat Mores. Versão para ebook.ebooksbrasil.com Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/feuerbach.pdf> Acesso em: 12/10/2116

OLIVEIRA, Irani Sebastião. **Educação e Cooperativismo: Administração, pedagogia e política na cooperativa de ensino**. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Mestrados em educação Universidade Estadual Paulista, Marília, 1994.

PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. **Interação social: uma análise do seu papel na superação de dificuldades de resolução de problemas aditivos**. In.: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. *Anais* Caxambu, 2002. p. 1-15. CD-ROM. Disponível em: <http://25reuniao.anped.org.br/tp251.htm#gt19> Acesso em: 27/09/2016.

PINHO, Diva Benevides. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária**. Editora Saraiva, 2004.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

SANTOS, Raimundo Bonfim. **Modelo de Avaliação de Cooperativa – Escola: instrumental testado nas unidades escolares da Bahia**. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação. 2002.

SANTOS, Robinsom dos. **Considerações sobre a educação na perspectiva marxiana**. In.: revista espaço acadêmico – n° 44 - janeiro de 2005 -mensal- ISSN 1519.6186. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/044/44pc_santos.htm Acesso em: 13/10/2016

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 41. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, Andressa Evangelista da. **Cooperação, educação e sustentabilidade: práticas que se relacionam**. Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação Educação, Ambiente e Formação Humana para Sustentabilidade da Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Tuiuti do Paraná. 2011

SILVA, Tomás Tadeu; APPLE, M.; ENGUITA, M. e outros. **Neoliberalismo, qualidade e educação**. Petrópolis, Vozes, 1994.